

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Ricardo Cortez Lopes

**A Retórica do Ataque: a via pela qual o jornal farroupilha “O Povo” (1838-1840)  
desmereceu o sistema monárquico**

**Porto Alegre, dezembro de 2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Ricardo Cortez Lopes**

**A Retórica do Ataque: a via pela qual o jornal farroupilha “O Povo” (1838-1840)  
desmereceu o sistema monárquico**

Trabalho de conclusão do curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a  
obtenção do título de Licenciatura

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

**Porto Alegre, 2010**

**Ricardo Cortez Lopes**

**A Retórica do Ataque: a via pela qual o jornal farroupilha “O Povo” (1838-1840)  
desmereceu o sistema monárquico**

Trabalho submetido à coordenação  
do curso de história em  
----- da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de licenciado em História

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas (orientador)

---

Prof. Dr. Cláudia Mauch

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

*Este trabalho é dedicado a todos os professores licenciados do Brasil, que são os melhores profissionais do país por agüentarem o que agüentam diariamente e ainda seguirem trabalhando*

## AGRADECIMENTOS

*À Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades e seus componentes pelo atendimento abnegado que eles dispensam aos alunos.*

*Ao Restaurante Universitário(RU), pelas refeições que nos serviram a um preço tão acessível. O mais interessante e comovente é que eles variavam a comida e as sobremesas, o que eu encaro como um gesto de carinho, visto que eles poderiam fazer todo o dia as mesmas receitas que ninguém reclamaria por conta do baixo preço pelo serviço;*

*À professora Maria Auxiliadora, do Colégio Santa Dorotéia, que privilegiou a dimensão humana dos seus alunos (em troca, as regras do português ficaram de lado, mas foi por uma boa causa)*

*Ao professor Anderson Zalewski Vargas, pela paciencia (paciosa!) orientação e arriscado investimento em um bolsista que nunca fora seu aluno.*

*À professora Cybelle, que me ensinou a me preocupar com a clareza da minha escrita.*

*À professora Brandalise pela curiosidade que me instigou pelas formas de governo e suas formas de legitimidade. A professora Sílvia Cope pelas excelentes aulas interdisciplinares de Pré-História.*

*Aos professores Marion Schiengold e Eliane Kalthuck, grandes geneticistas, importantes na minha formação (isso dá uma outra história)*

*Às livrarias Zouk e Cultura, e ao Xerox da Clê.*

*À minha família (meu pai José Carlos, minha mãe Adelina, e a minha irmã Fernanda) e ao meu cunhado, o Douglas, que não só me incentivaram a buscar meus sonhos, mas também deram o exemplo de como chegar até ele.*

*Aos meus amigos, Maurício, Leonan, Murilo, Ernani, Juliano, Raul, Aryanne, Lucas Aquino, Ivanhoé, Mariana, Lara, Marcelo Dantas, Marcelo Scarparo, Leonardo, que me ajudaram a descansar das “batalhas acadêmicas” e contribuíram também para o meu crescimento.*

*À minha namorada Carla, muito disso que eu me esforço em fazer é também para ti...*

- Felicito-o por não ter votado a morte do rei. [...]
  - Não me felicite; votei o fim do tirano.
  - Não percebo o que quer dizer, tornou o bispo.
  - Quero dizer que a tirania é a ignorância, e foi a morte dela que eu votei. O homem deve ser governado pela ciência.
  - E pela consciência, acrescentou o bispo.
  - É a mesma coisa.
- (HUGO, Victor. Os miseráveis. Página: 19)

A voz do povo é a voz de Deus (DITADO POPULAR)

*Nossas instituições republicanas nos legaram costumes mais simples do que as monarquias vizinhas. **Há menos distinção entre as classes sociais.** E as menos favorecidas, não sendo tão pobres ou **desprezadas** [grifos meus], também podem ter um nível de vida razoável.*

(SHELLEY, Mary. Frankstein. Página: 60)

## **Resumo**

Este trabalho busca explorar o sentido das caracterizações e substantivações consideráveis “xulas” (importantes para conferir o valor que o orador pretende atribuir ao objeto de seu discurso) que o jornal “O Povo” – o primeiro periódico oficial dos Farrapos, editorado pelo mazziniano Luigi Rossetti - utilizou para desqualificar o regime monárquico, apresentados com fins a angariar adeptos para o nascente regime republicano brasileiro localizado no sul do Brasil a partir do ano de 1836. Sempre mantendo em vista esses elementos, a pesquisa se centra na análise retórica de excertos que buscam desqualificar o regime monárquico – em geral, não no caso específico do Brasil – como um produtor de inumanidade, base para a desqualificação do tipo ideal do monarquista que Rossetti elabora e que serve de base para a “conquista de almas”, facilitada pelo uso da retórica.

Palavras-Chave: Nação Mazziniana – Monarquia x República – Retórica – Imprensa Farroupilha

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução:</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A Revolução Farroupilha e o mundo</b>	<b>16</b>
	<b>2.1</b> uma breve explanação do ocorrido	<b>16</b>
	<b>2.2</b> A retórica	<b>20</b>
	<b>2.3</b> A disputa entre a monarquia e a república	<b>23</b>
	<b>2.4</b> O Romantismo	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>Análise dos Pejorativos: um estudo retórico</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>Conclusão</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>Bibliografia</b>	<b>55</b>

## 1- Introdução

Antes de iniciar com a exposição do problema, gostaria que o leitor tivesse um pouco de paciência para com o começo do texto. Apresentarei brevemente duas manifestações de meu estudo no tempo presente, o que eu acho que pode enriquecer meu trabalho e atrair um olhar mais aguçado do leitor para com ele. São ilustrações retóricas, exemplificações que não se constituem em análises propriamente ditas, cujo destino é apenas explicitar uma crítica que é velada.

No filme “O Ilusionista”<sup>1</sup>, o arrogante príncipe herdeiro Leopold vislumbra, a determinada altura da estória, necessidade de se “disfarçar” de súdito comum para imiscuir-se aos pedestres de determinada rua. Despido das suas luxuosas (e simbólicas) vestes reais, traja-se de acordo com o que os seus súditos costumavam usar diariamente. Ao descer da carruagem, consegue imiscuir-se aos transeuntes sem nenhuma dificuldade e segue adiante o seu plano.

O que pode querer dizer uma cena assim tão banal na qual um personagem simploriamente se disfarça, recurso cênico tão recorrente nas produções da indústria cultural?

Os significados não são definitivos, e também nem sempre conscientes para quem escreve a cena. Arrolarei algumas possíveis interpretações.

- Há uma intencionalidade em retratar o príncipe herdeiro como uma pessoa arrogante: este se dá ao direito de ser arrogante *unicamente* por ter nascido em uma família diferente da de qualquer uma dos seus súditos. Não tem o príncipe

---

<sup>1</sup> Sinopse de “O Ilusionista” (*The Illusionist*, de Neil Burger): a história se refere à vida de um ilusionista da Áustria que realizaria feitos sobrenaturais em pleno palco, causando grande alvoroço na cidade de Viena. O boato se espalha e desperta a curiosidade do Príncipe Leopoldo, que decide desmascarar o ilusionista revelando-lhe seus truques. Estabelece-se, portanto, um conflito entre ambos, agravado quando do fato de o ilusionista estar possivelmente tendo um caso com a noiva do príncipe.

herdeiro nenhuma influência na obtenção de seu grau elevado na hierarquia do governo da Áustria;

- Em segundo lugar, o fato dele se misturar à multidão com toda a facilidade indica que não é o rei senão uma pessoa comum que se traveste de importância *apenas* pelo uso de uma coroa.

Estas duas simples colocações a respeito do filme demonstram o repúdio que é sofrido pelo sistema monárquico – na sua modalidade antidemocrática (AZAMBUJA, 1985, pg. 215) - por parte do cidadão médio ocidental. Esse sistema governamental é concebido, atualmente, como injusto e ultrapassado.

Esta idéia de injustiça do sistema monárquico não é explicitada na ideologia republicana. A República, quando lança um olhar para si como o único sistema realmente Democrático<sup>2</sup> (BOBBIO, 1985, pg. 151), considera-se sóbria demais para que necessite atacar outros sistemas de governo: estes desmoronariam por si sós diante de suas contradições intestinas. Todavia, a questão é implicitamente exposta quando se aborda a questão da meritocracia.

É possível captar-se a intenção subjacente nas entrelinhas dos discursos. E não se trata de inventar significados para a argumentação. Trata-se de lançar um olhar em estruturas que aparentemente não cumprem função argumentativa, mas que ajudam a moldar a disputa pelo imaginário social que até hoje se pauta.

Outra crítica velada ao sistema monárquico a partir da idéia de República como ideal civilizacional é a que é passada em muitos filmes americanos cujo ambiente é a escola. Nestas obras, há sempre um conflito explícito: o de um perdedor (*loser*) que

---

<sup>2</sup> Para Azambuja, a democracia é uma condição *sine qua non* para a legitimidade dos governos modernos. Conf. Pg. 215

acaba por enfrentar um grupo “*popular*”<sup>3</sup> quando intenta abandonar a sua condição de *loser*. No final do filme, o *loser* se mostra digno de receber as honrarias de pertencer ao grupo dos populares. Bom, não sei se fica claro o que eu quis dizer apenas com o exemplo. De um lado, os *populares*, que são um grupo que se assenta como tal devido ao seu padrão de beleza ou de pertencimento às famílias ricas; do outro lado, um típico *loser*, despossuído de dinheiro ou de padrão de beleza mas possuidor de uma habilidade (ou uma técnica) diferenciada, todavia irreconhecido por conta de não cumprir com requisitos pré-exigidos para sua aceitação no grupo dos *populares*. Durante o filme, o *loser* vai provar a todos que também merece ser reconhecido como um *popular*, ou que pelo menos deve ser respeitado como sujeito digno de consideração. Ora, não é muito difícil reconhecer aí o conflito pelo qual a burguesia precisou passar para se inserir no estado legitimamente nobre: os populares seriam os nobres, que possuiriam a influência sem nada ter influído nela pessoalmente (através de pais ricos ou de uma genética privilegiada). Tanto eles não são um grupo meritocraticamente constituído que sofrem penetrações exógenas sem nenhuma dificuldade. O *loser*, ao seu turno, seria o “portador da técnica”, excluído por conta de um “privilégio social” injusto que se quebra à mera demonstração da técnica. Esta ordem do início do filme é frágil por se assentar em um pressuposto falso, que leva em conta a aparência do indivíduo. Submetido a uma análise superficial, esses filmes rendendo uma crítica ao próprio capitalismo, criticando a sua superficialidade no lide com as pessoas e pregando a valorização do sujeito em detrimento de sua aparência. Todavia não o é. É apenas a vitória de um paradigma que deve sempre vencer *ad infinitum* para que a sociedade americana se conserve como ela

---

<sup>3</sup> Nos filmes ditos “teens” (filmes que retratam colégios tipicamente americanos apresentando nesta empreitada uma série de estereótipos em relação a alunos, tais como os nerds, as patricinhas, os atletas, etc.) há uma divisão premente entre “populares” (aqueles que possuem a admiração dos outros alunos por possuírem habilidade em determinadas áreas (principalmente as que conduzem à acumulação de capital) ou beleza física) e os “losers” (aqueles que não se destacam ou não possuem habilidades consideradas socialmente bem sucedidas). Alguns exemplos destes filmes: *Mal Posso Esperar* (1998), *As Patricinhas de Beverly Hills* (1995), *Curso de Verão* (1987), *Meninas Malvadas* (2004). Outros exemplos são os seriados *Popularidade* (1999) e *Glee* (2009), que criticam este modelo estabelecido.

é, baseada no mérito do indivíduo, e não na concessão de privilégios a quem não os merece.

O meu trabalho de certa forma aborda esse tipo de crítica, muito embora o cenário seja diferente: o contexto histórico é o da Revolução Farroupilha e o vínculo pelo qual a crítica republicana à monarquia se efetuou foi pela imprensa, através do Jornal “O Povo”.

A Revolução Farroupilha, historicamente, é situada no período das Regências brasileiras, período que antecede o golpe da maioria que alçou ao trono brasileiro o imperador Pedro II. Autores como Roderick Barman afirmam que as regências caracterizaram-se como uma “Experiência Republicana”.

Como se sabe, a Revolução Farroupilha foi um conflito militar originado da resistência por parte de uma parcela da província do Rio Grande de Sul à tentativa de unitarismo imposta pelo império a todo o território brasileiro, e foi iniciada em 20 de setembro 1835, com a deposição do presidente de província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

Alguns dos estancieiros gaúchos, inconformados com a perda de sua autonomia diante de um poder central (sediado no Rio de Janeiro) censurável por sua prepotência, depõem o presidente de província (escolhido pela capital após a aprovação do Ato Adicional de 1834) e proclamam uma república, a rio-grandense. O objetivo dos agora farrapos foi o de converter o Império em uma república federalista. Neste intuito, avançaram sobre Santa Catarina, fundando lá a República Juliana (que acabou durando poucos meses). Todavia, não lograram seu objetivo e acabaram aceitando uma paz honrosa com o Império no acordo de Poncho Verde.

Em 1838, é fundado o primeiro jornal oficial do regime republicano (e farroupilha) rio-grandense: “O Povo” (KIELING, HOHLFELDT, 2009, pg. 387). Editoriado pelo italiano Luigi Rossetti, o periódico procurou não apenas arrebanhar mais partidários para a recém inaugurada república rio-grandense: “Publicar de preferência artigos de doutrina, propagar princípios, apregoar as virtudes que devem ornar a alma do verdadeiro republicano, educar finalmente, se nos he permitida à expressão, nossos consadãos ao novo modo de política”(O POVO, 1838, pg. 19), mas buscou também cumprir com o objetivo de deslocar a soberania estatal das mãos do monarca para o povo, seu mais legítimo portador. Em suas páginas desfralda-se uma exaltação das virtudes republicanas e a depreciação do regime monárquico, este último item

constituindo-se o mais importante para o meu trabalho. É uma argumentação *ad hominem* ( nome do argumento que se destina a atacar ao debatedor de um argumento, e não ao argumento em si (PERELMAN, 2005, pg.125) a um modelo genérico de monarquia, não ao regime brasileiro em si. O jornal, todavia, já foi abordado por muitos outros vieses. Camila Garcia Kieling e Antonio Hohfeldt, por exemplo, apontam seus aspectos formais e discursivos (KIELING, 2009, pg. 54). O trabalho de Fernanda Bittencourt Panerai trabalha exclusivamente a herança que Mazzini legou ao periódico. “O Povo” é citado também no artigo de Eduardo Scheidt sobre a relação das Repúblicas do Prata com a nascente República Rio Grandense (SCHEIDT, 1999, pg. 3).

O modelo republicano que o jornal “O Povo” propõe remonta às noções do movimento Jovem Itália, cuja maior expressão se encontra em Giuseppe Mazzini (PANERAI, 2009, pg. 21). Este movimento surgiu em uma conjuntura complexa da história italiana, situada no século XIX, em que a unificação territorial ainda não havia sido levada a cabo e a Itália amargava uma boa quantidade de domínios regionalizados, sem a subordinação a um poder centralizado. Há, neste período, uma considerável proliferação de sociedade secretas, entre elas a célebre Carbonaria<sup>4</sup>, criada por Mazzini, porém renegada por ele posteriormente. A sociedade Jovem Itália, radicalmente republicana e nacionalista, vai estender seus tentáculos para uma série de países, entre eles o Brasil (LEITMANN, 1985, pg. 100) . A primeira manifestação oficial desta em território brasileiro foi no Rio de Janeiro, onde houve uma seção. Foi em território carioca que o italiano Tito Zambecari travou a primeira aproximação com Giuseppe Garibaldi e Luigi Rossetti, ambos alistando-se nas forças farroupilhas pouco depois do diálogo(LEITMANN, 1985, pg. 105). Aproximadamente 50 italianos mazzinianos juntaram-se às forças farroupilhas(LEITMANN, 1985, pg. 105), esperançosos de que a revolução republicana popular espalhasse-se pela América a partir da província gaúcha. Com o tempo, perceberam o seu erro ao arriscarem-se nesta aventura.

O primeiro editor do periódico, Luigi Rossetti, era um partidário fervoroso do igualitarismo proposto por Mazzini (SCHEIDT, 2005, pg. 7), e essa concepção transparece em diversos trechos do jornal. O modelo de república que este prega – que não é exatamente o de Mazzini, visto que Rossetti sofreu sincretismo com outros

---

4

Nome de uma sociedade secreta que nasceu na Itália e de lá se espalhou por uma série de países. Ela era uma organização que pregava a liberdade em uma Europa ainda imersa no Antigo Regime. Seu período de atuação variou do século XIX ao XX.

republicanismos latino-americanos, como os do Rio da Prata – é exatamente o ponto de partida para a crítica da monarquia.

O interessante do modelo republicano apregoado por Mazzini – e é algo que não é mostrado pelo “O Povo” – é que esta não se legitima na liberdade do homem como indivíduo, mas sim no homem como uma criação divina que precisa ser igual aos seus irmãos – concepção que não proviria da noção de um contrato social (PANERAI, 2009, pg. 24). É uma idéia romântica, mas que sofreu adaptações no contexto farroupilha. É no mínimo curioso que a modernidade tenha lançado seus tentáculos por sobre o Rio Grande do Sul através de aspectos românticos, que possuem intrinsecamente a negação da modernidade por conta de uma intervenção religiosa no estado. No caso de Mazzini, é o Estado que serve a uma finalidade religiosa, e não a religião que administra o Estado.

Em linhas gerais, abordarei a relação crítica construída pelo periódico “O Povo” (1838-1840) em relação à monarquia brasileira através das caracterizações que o jornal rende ao sistema de governo monárquico. Estas caracterizações podem parecer meros desqualificativos, desprovidos de significado histórico, todavia são bastante ilustrativos de um processo de formação de identidade que se afirma como correto em relação a outro, no caso o monarquista. As caracterizações são partes do discurso.

Olivier Reboul define discurso como:

[...]Toda a produção verbal, escrita ou oral, construída por uma frase ou por seqüências de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido. De fato, um discurso incoerente, feito por um bêbado ou um louco, são vários discursos tomados por um só. (REBOUL, 2004, pg. XIV)

A caracterização cumpre um importante papel dentro da análise retórica. Ela fornece juízos de valores do orador. Através delas é que o Orador passa a valoração que irá transmitir através de um discurso, com fins a convencer o seu auditório a aderir a esse ponto de vista. A caracterização negativa, para além de criar o contato entre os espíritos, necessita incidir sobre aspectos que sejam conhecidos pelo proferidor do discurso e pelo receptor deste. A utilização, por Rossetti, de caracterizações de significação simples e de fácil compreensão como “bárbaros”, “monstros”, “déspotas”, “degenerados”, indica que essa vontade de criar o contato existiu. Cumpre também citar que a caracterização negativa aparenta ser mais “neutra”, uma vez que a positiva indica

que existe pelo objeto uma adoração, e não uma admiração resultado do elencamento de suas qualidades.

O referencial teórico-metodológico que utilizarei para essa empreitada é a obra de Olivier Reboul, “Introdução à Retórica” (1998). Ele me fornecerá as ferramentas que eu utilizarei como parâmetro para analisar o discurso “O Povo”. A retórica é uma técnica utilizada para se agregar adesões à determinada argumentação, buscando esta concordância através de ferramentas exteriores ao discurso.

A influência da corrente positivista concebia o jornal como uma entidade muito próxima temporalmente ao seu objeto de análise, o que prejudicaria de sobremaneira a sua análise dos fatos do tempo presente, afetada pela subjetividade das paixões imanentes no contexto histórico de sua produção. Nem mesmo o advento da Escola dos Anais, em 1930, conferiu a mesma importância para os jornais. Somente a terceira geração dos Anais, que assistiu à penetrância de outras disciplinas na ciência histórica, vai começar a mudar de idéia em relação aos jornais (LUCA, 2006, pg. 115).

Apenas nos anos 70 o jornal converteu-se em objeto de pesquisa histórica. A primeira pesquisa acadêmica no Brasil foi a de Arnaldo Contier; a segunda, de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. Antes destes trabalhos, os jornais eram utilizados em produções acadêmicas apenas quando corroboravam os argumentos dos pesquisadores. A partir desses autores, os periódicos cobrem-se em fonte de investigação séria, deixando de se constituir apenas em um simples veículo de informações (LUCA, 2006, pg. 115).

Metodologicamente, quando se trabalha com jornais, é necessário que se tenha uma série de cuidados específicos. Em primeiro lugar, é necessário que se tenha noção de que a leitura da fonte não será feita da mesma maneira com a qual folheamos o jornal diariamente (ELMIR, 1995, pg. 21). Ela será feita de uma maneira intensiva – meticulosa, e para isso é necessário que se faça uma triagem do que será útil ao meu objeto (fato que também conduz a estudos teóricos que ajudem a delimitar o problema). O fato de convivermos com esse tipo de fonte também nos leva a “naturalizá-la” em nosso cotidiano, o que nos impede de visualizar como “monumento” historicamente construído (LUCA, 2006, pg. 132).

A minha incursão em “O Povo” possuiu o intuito de buscar uma fonte de pesquisa histórica, e não apenas uma fonte de acontecimentos da época em questão, a Revolução Farroupilha (ELMIR, 1995, pg. 20). O objetivo é estudar a República Rio Grandense em seu sentido ideológico, e não apenas em colher dados para montar uma

cronologia bruta para basear uma reconstituição factual – o que tornaria minha fonte apenas um reduto de informações a ser aproveitadas.

Uma vez que o jornal é um monumento (ou seja, carregado de intencionalidades que se estendem desde a sua conservação até a disposição e seleção das informações que carrega (LE GOFF, 1996, pg. 535), é essencial que se busque traçar a intencionalidade de seu discurso. Uma das etapas deste processo é a procura da origem do periódico. Como este é um jornal muito estudado, há muitos trabalhos que já tocaram neste ponto, bastando recolhê-la em algum deles.

## **2 – A Revolução Farroupilha e o mundo**

### **2.1 – Uma breve explanação do ocorrido**

O Brasil deixou de ser colônia do estado português no ano de 1822 para adotar a forma de governo da antiga metrópole: a Monarquia. Em 1824, uma constituição unitária (PADOIM, 2006, pg. 53) oficializa essa situação. Subiria ao trono em 1822 um dos filhos do rei português D. João VI, D. Pedro VI (mais tarde, D. Pedro I do Brasil), iniciando-se o primeiro Império Brasileiro, cujo epicentro localizar-se-ia na região Sudeste, na capital Rio de Janeiro. Essa atitude mais rígida em prol da centralização conduziu a conflitos no I Império contra províncias mais arredias, afeitas à sua autonomia, redundando esse fato na criação, mais posteriormente, do Ato Adicional de 1834, que, aparentemente, concederia mais autonomia para as províncias brasileiras sedentas por liberdade (PESAVENTO, 1985, pg. 15).

O ato adicional de 34, já no período das Regências<sup>5</sup>, contudo, mostrou-se um engodo político para os farroupilhas: a escolha dos Presidentes de Província ainda cabia ao governo do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul as conseqüências foram ainda piores: a província vislumbrou-se prejudicada em sua sobrevivência econômica com as atitudes do governo central. O Império Brasileiro, grande exportador de gêneros primários, resolveu obter mais lucro com a alfândega e sobretaxou alguns produtos que passavam pela fronteira, um deles o sal uruguaio, destinado às charqueadas (PESAVENTO, 1985, pg. 39). Após esse ato inicial, o charque argentino

---

<sup>5</sup>

Período histórico brasileiro onde o trono ficou sem imperador por conta da minoridade de Dom Pedro II, filho de Pedro I. Assumiu o trono neste contexto as Regências, até que o Pedro II eventualmente viesse a subir ao trono aos catorze anos por um golpe de estado.

passou a ser subtaxado, diminuindo o seu preço com relação ao charque rio grandense, tornando o último menos competitivo no mercado brasileiro – que era, aliás, o único nicho econômico que os rio-grandenses exploravam, visto que abastecia a economia brasileira baseada na *plantation* da cana-de-açúcar: o charque gaúcho destinava-se à alimentação dos escravos das grandes propriedades de terra brasileiras (PESAVENTO, 1985, pg. 10).

Exigindo do governo a retirada de tais medidas, consideradas como atos deliberadamente vexatórios e vislumbrando-se desassistidos quanto ao atendimento das suas necessidades econômicas (suprimido pelo egoísmo da tirania), alguns estancieiros gaúchos rebelaram-se, depondo o presidente de Província, Antonio Fernandes Braga. . A deposição de Braga, contudo, foi realizada de maneira “oficial” e dentro da legalidade, colocando-se em seu lugar o seu vice-presidente (DORNELLES, 2008, PG. 5), detentor por direito ao cargo. Ao perceber que não seria possível obter um acordo pacífico com o governo brasileiro, os Farroupilhas optaram por se separar do restante do Brasil. Fundaram por conseguinte a República Rio-Grandense com o intuito de garantir a autonomia dos estancieiros gaúchos, mesmo que para isso precisassem despertar a ira de um país inteiro. Uma rebelião, todavia, que não contava com o apoio popular. Explica-se: os Farrapos, diferentemente do próprio Luigi Rossetti (SCHEIDT, pg. 7), buscavam a equidade social e não a igualdade social plena, constituindo-se o primeiro item em uma igualdade social com ressalvas hierárquicas entre os membros da sociedade, estas estruturas hierárquicas não podendo ser quebradas de nenhuma maneira.

Sandra Jatahy Pesavento descreve os três principais momentos da Revolução Farroupilha:

**1) 1835– 1839:** período de apogeu do movimento Farroupilha com os exércitos rebeldes executando conquistas militares; O Império lidava com uma série de revoltas que vieram à tona quase que simultaneamente com a Revolução Farroupilha.

**2) 1839 – 1842:** é o período da estabilização do conflito.

**3) 1842 – 1845:** é o período de decadência dos farrapos. O Império acaba necessitando da província do Rio Grande do Sul para proteger a fronteira do Sul e acaba aceitando os termos da Paz de Ponche Verde, considerada uma paz honrosa para os revoltosos, garantindo anistia e o atendimento das exigências.

Longe de este conflito haver se desenvolvido apenas em campo de batalha, ele também se desenrolou no campo ideológico, através dos periódicos. Ao contrário do que muitos autores refletem acerca da Revolução Farroupilha – a de que ela teria se processado *apenas* como maneira de garantir a preponderância de uma classe estancieira rica sobre um proletariado rural - Maria Medianeira Padoim demonstra em seu artigo *A Revolução Farroupilha* que os insurgentes possuíam algum nível de educação formal, e aventa que a elite revoltosa não era somente composta por estancieiros, mas sim de uma maior variedade de atores sociais\_e também intelectual (PADOIM, 2006, pg. 56). Uma das evidências mais vivas desse fato é a existência de dezenas de publicações de periódicos em solo gaúcho na época, e a sua satisfatória circulação pelo meio intelectual rio-grandense. Outra, é o levantamento dos autores citados em publicações:

Inicialmente, podemos afirmar que a elite rio-grandense fundamentou seu projeto político, no que tange à forma de Estado, no federalismo. Sua argumentação e justificativa buscaram bases no direito das gentes e no liberalismo. A sua forma de governo estava fundamentada na república. Tal afirmativa tem respaldo nos registros de obras lidas pela elite farroupilha. Walter Spalding, no capítulo “o que liam os liberais farroupilhas” do livro *A epopéia farroupilha*, cita os seguintes autores, após ter mapeado publicações farrapas: Jean Louis Alibert, Jean J. de Beault (conde de Beausabre), Benjamin Constant, Blanqui, Jeremias Betham, Manoel Du Bocage, Sir John Bowring, Jose M. Avelar Brotero, Brougham, Cabanis, Camões, Casti, Charron, Cícero,

Confúcio, João Severino Maciel da Costa, Erasmo Darwin, Joseph Marie (conde de Maistre), François Droz, Jacques Duraule, Hamilton, Thomas Hobbes, John Jay, Thomas Jefferson, John Locke, James Madison, Joseph Lancaster, Mariano José Pereira da Fonseca, Montesquieu, Francisco Manuel do Nascimento, Rousseau, Ramon Salas, Adam Smith, entre outros(PADOIM, 2006, Pg. 56)

Através dessa citação, espero que tenha se tornado claro que o desejo revoltoso por uma república não se constituía apenas em um reflexo imediato da estrutura econômica gaúcha daquele tempo, buscando apenas assegurar o domínio econômico sob o proletariado rural inconsciente das amarras que os prendiam a uma ordem social opressora. Havia isso sim, alguma fundamentação teórica em suas práticas, senão sobre a noção de república, sobre a idéia de justiça. Justiça que no caso, a república, ao permitir a participação de todos os cidadãos, no jogo político, seria a única a poder garantir

O Jornal “O Povo” foi um dos esteios desta luta. Luta essa que não foi tão diretamente ligada à questão do charque como se costuma pensar. Nem foi tão ligada à comunicação direta dos ideais arrolados na Europa. Houve também a utilização da técnica retórica como intermédio entre os ideais europeus adaptados ao contexto pampiano e o povo rio-grandense, servindo esta como uma ferramenta de cooptação de novos quadros para o regime republicano nascente.

## **2.2 A retórica**

O século VI a.C. foi um século decisivo para a história de algumas cidades-estado gregas. As forças da tradição – o cerne de todas as civilizações até aquele momento – se tornaram obsoletas diante de uma nova forma de organização humana: a democracia (CHATELET, 1992, pg. 16). A democracia da *polis*; a democracia do voto. As decisões que uniam os destinos dos habitantes agora seriam tomadas por eles

próprios, havendo, assim, uma partilha do poder político, antes limitada a temível tirania da aristocracia, que o tomava todo por e *para si*, olvidando-se do bem-estar de seus pretensos semelhantes no processo.

Neste contexto, onde o voto era equitativo entre os cidadãos, o poder de convencimento mostrou-se uma arma muito mais letal no campo político(CHATELET, 1992, pg. 16) do que qualquer exército bem equipado. A palavra passou a ser a protagonista do jogo do poder, e aquele que a manejava mais habilmente na *ágora* possuía vantagem por sobre os demais cidadãos.

Dentro deste cenário, houve quem se especializasse no manejo da palavra: os sofistas. Todavia, a princípio, a sua habilidade não parecia ser muito saudável para o jogo político, uma vez que o convencimento que estes seriam capazes de executar não se basearia na razão(CHATELET, 1992, pg. 16), no bom senso (*logos*), mas sim na emoção (no *pathos*). O princípio racional da comprovação admite que exista apenas uma resposta correta a uma pergunta<sup>6</sup>, acumulando-se infinitas respostas errôneas para a mesma questão. O cidadão que conseguisse guiar o raciocínio dos demais por qualquer caminho escolhido por este poderia estar muito bem os guiando para um caminho errados, intencionalmente ou não.

A retórica, portanto, é uma técnica de persuasão utilizada para se arrebanhar adeptos dentre os ouvintes para determinado argumento. Existe uma série de recursos que se pode utilizar para tornar um discurso mais persuasivo: <sup>7</sup> metáforas, oximoros, argumentos *ad hominem*, *ad res*, inversões, etc. Pode-se “enfeitar” um discurso ou acabar com a imagem do discurso adversário ou do próprio debatedor adversário e dificultar a adesão deste. Como se vê, o pensamento racional não é capaz de respeitar

---

<sup>6</sup> Esse princípio é classificado como “Terceiro-Excluído”. Para detalhes sobre esse princípio, consultar Chauí, 1995, pg. 60

<sup>7</sup> Mais adiante há uma explicação sobre os gêneros de prova retóricos, juntamente com a sua aplicação nos elementos do jornal.

um discurso que se faz valer por elementos externos ao seu conteúdo, pois estes reduzem a capacidade analítico-objetiva. A revolução científica do século XVII acabou por desprezar a retórica em nome de um conhecimento que se quis analítico, e não dialético.

[A dialética foi] relegada ao plano dos sofismas, identifica às técnicas de persuasão sem compromisso ético, aos discursos vazios de oradores hábeis em convencer auditórios, quaisquer que fossem as teses, a dialética não alcançou o estatuto de seriedade e consistência concedida a sua irmã, a analítica. [...] [foi considerada] mera técnica a serviço de interesses mesquinhos – os quais, por não conseguirem se afirmar por sua própria “verdade”, se vêem na contingência de lançar mão de quaisquer meios para obter a adesão dos interlocutores”(PERELMAN, 2005, pg. XIII)

A arte retórica, portanto, foi ignorada quando do advento do cientificismo cartesiano. A academia a deixou de lado por vinte e três séculos(PERELMAN, 2005, pg. 3) , pois a analítica foi priorizada como única metodologia válida pela ciência moderna, até que Chaïm Perelman, em 1947, ressuscitou com seu livro “Tratado de argumentação: A nova retórica” (PERELMAN, 2005, pg. XIV), ampliando as noções da própria retórica da antiguidade.

A retórica, desse modo, levantou-se de sua pira funerária para encarar um mundo diferente daquele grego antigo. O renascentista como verá mais adiante, buscaram emular os clássicos para criar uma continuidade entre eles e os antigos, e a retórica foi um dos caminhos utilizados para alcançar esse fim. A mera citação de elementos greco-romanos e do uso da retórica não serve apenas para demonstrar a erudição dos autores modernos, mas sim possui a intenção de criar uma continuidade entre estes os antigos clássicos.

Os gregos clássicos e os jornalistas de “O Povo” pareciam ter uma concordância bem assentada: por mais que a democracia possuísse problemas internos, eles a

preferiam ao governo de um homem só, baseado na coerção e que retirava das pessoas o título de cidadão: a “tyrânia”.

### 2.3 A disputa entre a monarquia e a república

Entende-se comumente por Monarquia aquele sistema de dirigir a *res publica* que se centraliza estavelmente **numa só pessoa [grifo meu]** investida de poderes especialíssimos, exatamente monárquicos, que a colocam claramente acima de todo o conjunto dos governados (BOBBIO, 1983, pg. 776)

Na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à monarquia. Nesta, o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é **eleito pelo povo [grifo meu]**, quer direta, quer indiretamente (através de assembléias primárias ou assembléias representativas). (BOBBIO, 1983, pg. 1107)

Estas duas definições estão presentes no livro *Dicionário de Política*, do professor de Direito italiano Norberto Bobbio. A obra é um levantamento de conceitos que o autor realizou para atender a curiosidade ou a necessidade um público que vai do simples curioso no assunto (a Ciência Política) até o estudante universitário. É um excelente ponto de partida para a discussão destas duas formas de governo, as quais o próprio autor considera antagônicas por natureza. A diferença básica entre governos que adotam a liberdade e a igualdade democráticas – governos modernos - dos que não as adotam – o caso dos governos pré-modernos, a exceção da democrática Atenas e da Roma Republicana - segundo Bobbio em outra obra, *Igualdade e Liberdade* - estaria na consideração dos não-detentores do poder político como indivíduos ou não (BOBBIO, 1983, pg. 13) . E a evidência palpável dessa concepção é a questão do voto, como nos afirma Darcy Azambuja, que é característico apenas no sistema republicano (AZAMBUJA, 1985, pg. 223). Os dois autores ressaltam a questão do poder hereditário, o que me leva à possível conclusão de que ela é uma forma que pode ser considerada

completamente aleatória de passagem de poder, pois não há nenhuma sistematicidade nessa forma de proceder. Não há um procedimento padrão nesta práxis, o que a torna de certa maneira mais tendenciosa a uma possível injustiça.

Todavia, a mudança da dominância do sistema monárquico para a hegemonia atual republicana só foi possível a partir de um momento específico da história da humanidade, o da ruptura com o paradigma filosófico dominante até certa época, o escolástico (COSTA, 2005, pg. 28). Este momento de quebra é o Renascimento, movimento filosófico que busca enxergar o homem não apenas como um ser meramente pertencente à natureza que o envolve e o torna impotente diante dela, mas sim como um ente que pode vir a intervir nela de uma maneira metodológica (COSTA, 2005, pg. 28). Segundo Maria Cristina Castillo Costa, teria sido o Renascimento momento da história do Ocidente que ocorreu no século XV e que marcou uma nova forma de se enxergar o mundo, em contraposição ao pensamento mítico e tradicional imperante até o momento – o que nos faz recordar a narração da própria erupção da razão na Hélade. A Europa era estável e fechada e, depois daquele século, tornou-se aberta, entrando em uma grande expansão marítima e comercial. Surge o nacionalismo e o individualismo ganha muita força. “Uma mentalidade mais laica foi se desligando do sagrado e das questões transcendentais para se ocupar de preocupações mais imediatistas e materiais, centrada principalmente no homem.” (COSTA, 2005, pg. 28)

Este foi um ponto nevrálgico de mudança de mentalidade na História. Ainda segundo a autora, há um conjunto de características que distinguem o período do Renascimento. Nem todos os itens são de nosso interesse, então vamos enumerar apenas alguns deles.

Descobertas de riquezas, de terras, de regiões alimentavam a imaginação do homem renascentista, que passou a valorizar “o novo” e a considerá-lo

sinônimo de “maravilhoso”. Estimulados por ele, as pessoas rompiam com o passado e buscavam novas explicações para um cenário diferente que se descortinava e para as antigas crenças que não serviam mais(COSTA, 2005, pg. 31)

Pelo fato deste movimento desprezar o misticismo e o conservadorismo, ou seja, a tradição e costuma das sociedades até então, é possível se estabelecer a fórmula que os renascentistas usaram para lidar com o passado:

Idade média = trevas = obscurantismo

Outra característica importante do período renascentista é a retomada dos valores greco-romanos(COSTA, 2005, pg. 31). Constituindo-se, para os iluministas, este período em uma válvula de escape do obscurantismo medieval.

Até os dias de hoje, a Antiguidade Clássica – isto é, a antiguidade Greco-Romana – é muitas vezes cultuada como o período de maior esplendor da História da humanidade. A Idade Média – para os herdeiros do Iluminismo- teria se constituído na “Idade das trevas”, onde a luz da razão teria sido ofuscada pelas trevas aterrorizantes da credence e da superstição, donde se recorda sempre da Igreja atacando com Inquisição as pessoas consideradas “vanguardistas” de seu tempo. Sobretudo contra as mulheres europeias, oprimidas muito mais naquele tempo do que nos tempos atuais.

Outra característica marcante do Renascimento Europeu: “O homem se prende muito mais à vida terrena [em contraposição ao finalismo das culturas anteriores a esse período]. Torna-se um agente da História (não mais tem uma dívida para com Deus)” (COSTA, 2005, pg. 30).

Por fim, uma característica social importantíssima do período: a emergência da burguesia social: “*abandona-se a idéia de uma realidade social estática, de origem*

*divina, em favor da concepção de uma vida social dinâmica em permanente construção.”* (COSTA, 2005, pg. 32).

O Renascimento ainda inaugurou o pensamento especulativo, que parou de considerar o conhecimento como uma dádiva heteronímica, e passou a buscá-lo através da prática da correta hermenêutica. Esse é o germe do pensamento moderno. (COSTA, 2005, pg. 32).

Não é possível, todavia, afirmar que esse afloramento de um pensamento contraposto diretamente à escolástica foi o suficiente para derrubar o pensamento escolástico de sua posição majoritária na mentalidade das pessoas da época medieval. Foi, isso sim, importante para que uma nova ordem social pudesse começar a ver a luz, literalmente.

A modernidade<sup>8</sup> veio a suceder a Idade Média. A burguesia aliou-se aos reis, que perderam o seu poder durante a Idade Média, e juntos buscaram um governo centralizado, longe da fragmentação ocasionada pela feudalização. Em um primeiro momento, todavia, a centralização recaiu sobre a pessoa do Rei. Num segundo momento, com a crescente desmistificação do mundo (como a que ocorre com as “línguas sagradas”, como o latim e o Aramaico), a soberania passa a ser reivindicada para as mãos de uma entidade abstrata e indefinível, o povo. Povo que é um coletivo de sujeitos que aceitam abdicar de sua soberania particular em benefício da soberania total do estado através de um pacto social. É a Democracia retornando da Grécia, todavia com traços distintivos na modernidade.

---

<sup>8</sup> Para Touraine, a modernidade é uma atitude que foi “[...] a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animado pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões.” (TOURAINÉ, 2008, pg. 9). O autor afirma que nessa época vem a cabo o “triunfo da razão”. Portanto, vê-se que a modernidade não é só o período compreendido entre a queda de Bizâncio e a tomada da Bastilha. É uma atitude de rompimento para com a atitude escolástica de ver o mundo, teocêntrica.

Um estado que se baseia no sujeito, e não no finalismo religioso precisa apartar-se desse último para poder conferir legitimidade ao ente correto, a população. Preconizou-se, nesse estado democrático e popular, a separação entre Religião e Política. Todavia, religião e política mantiveram-se ainda alinhados por um bom tempo após o fim da Idade Média: o absolutismo constituiu-se no último resquício do regime senhorial medieval, no qual não estariam presentes ainda a cidadania e a liberdade, valores tão caros à cultura ocidental. Não haveria cidadãos, nem indivíduo: o homem não passaria de um ente de uma massa amorfa, a humanidade, compartilhando de seu destino sem nada poder fazer para mudá-lo. Já o cidadão possui a possibilidade de mudar o seu destino, pois dispõe da intervenção direta nos rumos de seu grupamento social através do voto, escolhendo seus representantes.

As revoluções americana e francesa buscaram romper com a amálgama religião-poder. Enfim, a separação entre Religião e Política ocorreu em quase todo o mundo ocidental. Alain Touraine afirma que essa expulsão da vida política da religião é apenas o início de um processo maior, o da secularização definitiva dela da vida cotidiana (TOURAINÉ, 2008, pg. 18).

A república pareceu responder melhor aos anseios da modernidade, pois, ao mesmo tempo em que retomava o modelo governamental dos clássicos, também transformava os homens em um conjunto de iguais, ou seja, em cidadãos, o que permitia que a soberania política fosse deslocada para a nova entidade chamada “povo”. A democracia, assim, estava restabelecida e poderia garantir a ruptura definitiva com a Idade das Trevas, tão prejudicial aos rumos da humanidade. Não é coincidência o fato de alguns autores ditos cientificistas do século XIX utilizarem-se de citações de autores e de termos Greco-romanos, como é o caso de Euclides da Cunha.

A democracia, como herança clássica, é também um valor muito caro à modernidade. Ela se baseia no uso da palavra e do bom senso (CHATELET, 1992, pg. 16), no lugar da coerção e da imposição dirigido ao bem do rei, e não do reino (mais adiante veremos que a coerção agora referida amedronta de sobremaneira os românticos). A utilização da razão – travestida de bom senso – é integrante estrutural do sistema republicano, e, quando não o é utilizada em um governo deve, por apregoamento próprio do republicanismo e do direito das gentes, ser substituído por um segundo governante que se constitua como mais afeito à democracia.

Todavia, apesar desta possibilidade de manipulação incipiente, a república se afirma como um sistema que é o melhor qualificado para se alcançar o bem público dos homens livres e iguais entre si. E a monarquia não se esforçaria pelo bem geral da população: ao tornar livre apenas um dos homens – o soberano - ela estaria exercendo um poder de coerção, e não de participação. Isso se evidencia pela concepção perene que nutrimos acerca de “sociedade livre” como a sociedade ideal.

A modernidade, segundo Harvey (HARVEY, 1993, pg. 22), se baseia na negação do passado e na busca do progresso; o progresso, no caso, existiria apenas quando se buscaria o bem comum, e não o bem de apenas um dos cidadãos. Porque é apenas quando a Nação se olha como um todo que percebe que viveu sob um julgo tirânico impedidor de que houvesse a libertação de necessidades materiais, algo que somente o incremento tecnológico poderia conceber. E a modernidade acostumou-se a dissociar os reis de vontade de progresso.

Os Farrapos, no caso, sentiam-se oprimidos por um governo que lhes era tirânico por não lhes dar atenção as suas necessidades. A república foi a maneira que os rebeldes encontraram para garantir a sua participação no poder político (PESAVENTO. 1985, pg. 22). Por outro lado, não eram partidários ortodoxos da república, tal como o era

Luigi Rossetti, e isso fica claro quando se evidencia os episódios da deposição de Fernandes Braga em prol de um vice escolhido pelo Império e no acordo de Ponche Verde, que garantiu a anistia dos farroupilhas junto à monarquia. O fato de Rossetti ter rompido com as lideranças farroupilhas pouco antes de sua morte em campo de batalha também indica essa diferença de concepções (DORNELLES, 2008, pg. 9).

Rossetti considerava a democracia como intrínseca à condição humana por conta de esta considerar as pessoas como irmãos, e, portanto, passíveis de igualdade. Mais adiante essa afirmação será esmiuçada.

## 2.4 O Romantismo

A certa altura do periódico, Luigi Rossetti cita certa “liberdade primitiva”(ROSSETTI, 1837, pg. 5) da qual, evidentemente, o periodista sentia muita falta. Essa é uma expressão bastante sintomática que indica uma certa nostalgia.

O movimento Jovem Itália se constitui em um movimento de reação à Restauração Monárquica<sup>9</sup>. Foi um movimento basicamente romântico. Mazzini, todavia, era um romântico-liberal. Para o bom prosseguimento do estudo, é de bom gosto que se compreenda os termos do oxímoro romântico-liberal. Todavia, começaremos pelo primeiro item do binômio.

O Romantismo foi um movimento de

Grande ruptura com os padrões de gosto clássico, prolongados através do neoclassicismo iluminista, fundiram-se várias fontes filosóficas, estéticas e religiosas próximas, e reabriram-se veios mágicos, míticos e religiosos remotos [...] (GUINSBURG, 1985, pg. 52)

---

<sup>9</sup> Ato promovido pelos países invadidos por Napoleão Bonaparte no intuito de restaurar as monarquias dos governos convertidos em Liberais pelo francês quando de sua expansão territorial.

Portanto, é possível detectar uma certa nostalgia para com um momento de “religamento” da humanidade com alguma situação diferente da atual, onde reina um mundo que agride ao romântico.

O romântico se sente oprimido por um mundo em que a individualidade é mais forte do que o sentimento de fraternidade entre os homens(o mundo moderno) (LÖWY, 1993, pg. 26). Um cenário onde os bens materiais conseguem comprar os princípios de um homem (um valor central no próprio romantismo) e onde as tradições não resistem ante a lógica de mercado, que transforma as relações sociais em relações econômicas. Na definição de J Guinsburg:

Concepção do mundo relativa a um período de transição, que se situa entre o Ancien Regime e o liberalismo, entre o modo de vida da sociedade pré-industrial e o *ethos* nascente da civilização urbana sob a economia de mercado, entre o momento das aspirações libertárias renovadas das minorias intelectuais, às vésperas da *grand ebranlement* de 1789, liberdade que essas minorias defenderam, no princípio de domínio real das novas maiorias dirigentes, firmadas com o império napoleônico e após a Restauração. (GUINZBORG, 1995, pg. 53)

O romântico busca lutar contra esta situação de mundo que considera errônea e injusta.

Quando ao objetivo político do romantismo, que será a tônica do discurso de “O Povo”, Michael Löwry possui a tese de que o Romantismo constitui-se em uma reação ideológica (e não apenas um sentimento de insatisfação diante dos descumprimentos das promessas burguesas) à individualidade e mercantilização da modernidade (que acabaria com a “humanidade” do homem ao torná-lo muito afeito ao mercado e a concorrência), e a conseqüente fuga dela a partir de um retorno ao passado(LÖWY, 1993, pg. 20). As formas como este projeto seriam executados variam, e por isso o autor monta uma

tipologia(LÖWY, 1993, pg. 41), na qual há itens como romantismo fascista, romantismo marxista, romantismo conservador, etc.

Um dos entes da Tipologia levantada pelos autores foi o do Romantismo Liberal. Aparentemente, o nome seria um oxímoro, unindo dois substantivos completamente opostos – um desejoso de ascender ao passado, outro nutrindo altas perspectivas acerca do futuro(LÖWY, 1993, pg. 57). Em um primeiro momento deste movimento, esta vontade de executar um retorno temporal teria se processado objetivando a Idade Média. Em um segundo momento, outros momentos históricos foram escolhidos para referência positiva, como o da Grécia Clássica(LÖWY, 1993, pg. 57). O lado liberal de Mazzini foi o que conferiu a este uma vontade de buscar o progresso material, todavia esse é um aspecto que os românticos em geral preferem evitar.

Norberto Bobbio afirma, por seu turno, que o romantismo não é uma ideologia que incorpore a característica da vontade de intervenção política. Segundo o autor, o Romantismo possui em si a crítica ao racionalismo, que

Com suas convenções e leis, pôs ordem nos fenômenos do mundo, mas, ao mesmo tempo, não soube descobrir um significado que transcendesse a descrição superficial do fenômeno: daí a redução das relações inter-humanas a "leis" mecânicas como as do mundo físico; daí a impossibilidade de explicar a vida que vibra até no inorgânico e que dele se lança a formar o organismo, tanto natural como social. (BOBBIO, 1983, 1131)

Segundo o autor, ainda, o romantismo possui algumas aspirações específicas

A linguagem originária, repleta de potencialidades semânticas, depois perdidas; o espírito do povo ou o caráter nacional; o íntimo de uma personalidade, coletiva e individual, capaz de estimular ainda aventuras de ação e sentimento; uma "nova mitologia", fundamento, por sua vez, de uma nova poesia. (BOBBIO, 1983, 1131)

Estes objetivos e estas concepções de mundo conduziam os representantes da diferentes tipologias românticas aventadas por Löwy às desavenças políticas entre si(BOBBIO, 1983, 1131). Todavia, no plano político concreto, que é o que o autor estuda – em contraposição à teorização que Löwy realiza em sua respectiva obra – o romantismo não teria se manifestado na política, muito embora tenham nutrido oposição à idéia de Progresso e de Estado Nacional Liberal. Também, quando se tratava de colocar em prática os ideários políticos do romantismo, os próprios seguidores não entravam em concordância quanto à sua aplicação.

Outro fator importante de se destacar no romantismo político é a sua tendência a pregar um “cooperativismo” entre os cidadãos de um estado nacional, e não nas relações sociais baseadas simplesmente na hierarquização promovida pelo mercado(BOBBIO, 1983, 1131). Em outras palavras, lutavam contra um mecanicismo anti-fraternal.

Os românticos não aceitam a distinção, elaborada no período do absolutismo, mas em seguida retomada pelo liberalismo, entre público e privado; nem aceitam uma relação de *mera subordinação*, porque isto seria não só "atomístico" como *despótico*. Não importa que existam "garantias": elas são vãs, se fundadas somente em leis escritas e são suscetíveis de soçobrar na anarquia ou na tirania. Um contexto social, onde o indivíduo se sinta satisfeito, exige um *vínculo de amor*[grifos meus] que é, ao mesmo tempo, sentimento de dependência: a articulação entre os grupos torna naturais e claros os deveres que se exigem de cada um: a família, a classe, o município, a Igreja, o Estado são outros tantos contextos, intercomunicantes e relativos, entre os quais o que existe não é tanto o equilíbrio mas a harmonia. Pode bem ser que surjam conflitos; mais, pela presença do "mal" — dirão certos românticos —, pela "contradição" que brota da raiz autônoma de cada um desses núcleos — dirão outros — tem de haver conflitos; eles fazem parte de um ritmo eterno, desconhecido em seus particulares, que rege a vida do gênero humano. (BOBBIO, 1983, 1133)

Vê-se que os românticos políticos atacam a realidade política de sua época através de uma vontade de coesão social baseada em um laço intangível, o do sentimento. Para os românticos não está em jogo o quantificável fiduciário, mas sim um

sentimento de confiança mútua. Confiança mútua baseada no coletivismo, e não no individualismo.

O cenário italiano da época também é abordado por Noberto Bobbio(BOBBIO, 1983, 1136). Afirma o autor que a reação à Restauração Monárquica por parte da elite italiana ocorreu sob a bandeira do liberalismo, e não sob a do Romantismo. Mazzini seria um dos expoentes deste outro lado da luta contra a Restauração.

sua desconfiança (posta de lado aquela "ciência falaz" que é a economia) em relação à "política", termo com que ele designa o proceder oportunista ligado ao "fato" e não aos "princípios": à política se opõe a "religião" "elemento universal e imortal". Coerentemente, ele não ama o "Estado", fala contra vontade da "democracia" e prefere chamá-la "associação", que, na sua linguagem, indica juntas sociedade e comunidade. O povo "com seus instintos de agir e com a sua imensa força de tornar em realidade o verdadeiro", é chamado a ser o sujeito da história; mas, por deficiência de "educação", não vê claramente os objetivos e os meios para atingi-los. Note-se que Mazzini não apela para uma barbárie sã e fecundadora, mesmo porque, embora não renunciando a falar freqüentemente do suceder-se dos povos na história universal, ele olha a evolução da "humanidade", "verbo vivente de Deus" que, na humanidade, se "encarna sucessivamente" através dos princípios que marcaram a história universal. (BOBBIO, 1983, 1136)

Este trecho evidencia a questão de união social através de algo não-quantificável: Mazzini disserta acerca da oposição entre fato e princípios. O fato é aquilo que possuiu uma existência detectável e registrado; já os princípios são estabelecidos de fora para dentro, e apelam para a boa-vontade de viver em comunidade. “Decorre daí a tenaz hostilidade romântica contra o mundo sem Deus, contra quem vê e avalia a atividade somente em termos de produção e de resultados;” (BOBBIO, 1983, 1136). Uma democracia que trabalha sobre pressupostos materialistas acaba por ser prejudicial ao povo para quem deveria trabalhar, pois faz com que cada um perca “aquela prontidão para o sacrifício, de que a "civilização” faz perder o hábito”. O sacrifício dos românticos Mazzinianos é bastante palpável: excursionar para uma grande variedade de países apenas para difundir este ideal, que consideravam o resgate da humanidade perdida.

Uma democracia romântica, inspirada no povo, na solidariedade e na fraternidade, bem distinta da contratualista; um socialismo romântico, brotado

do tronco da primeira e oposto ao economista ou materialista; um nacionalismo romântico, distinto do de origem darwiniana (BOBBIO, 1983, 1139)

Os pensadores racionalistas gostam de pensar que a humanidade caminha por uma linha evolutiva de constante melhora. O romântico considera que esse progresso não pode ser apenas material, e que as relações humanas são o mais importante para se medir o sucesso de um grupamento humano. Por isso, não necessariamente a passagem do tempo conduza à Evolução da humanidade, pois quando o homem esquece dos outros homens acaba ocasionando retrocessos na evolução que ao fim e ao cabo é a que interessa.

Na sociedade e na história, o romantismo vê um movimento circular contínuo entre as funções mais elementares e primitivas e as mais elaboradas e civilizadas. As primeiras se transformam nas segundas, as segundas adquirem significado e valor enquanto estão relacionadas com as primeiras; dessa forma, o produtor econômico é sempre aquele que alimenta (daqui a simpatia, ou a nostalgia, pela classe camponesa e pelas origens camponesas do "cidadão"); o soldado é aquele que defende, enquanto o intelectual tem um papel só como guarda da tradição, como sacerdote ou profeta, no sentido que esta função tinha explicitamente nas religiões primitivas, isto é, a função de mediação entre a mobilidade da vida humana e a permanência das forças cósmicas. (BOBBIO, 1983, 1139)

### **3 Análise dos Pejorativos: uma análise retórica**

Após todo esse estudo conjuntural realizado nos capítulos precedentes, uma análise retórica agora pode se tornar mais aprofundada. A tentativa de reconstituir o contexto em que as idéias foram expostas é uma maneira de se proceder para além de buscar as estruturas dos argumentos do periódico, ação que excluiria a atuação de um historiador.

Uma análise retórica deve levar em conta as subdivisões da Arte Retórica. Quanto aos componentes básicos da retórica, contam-se três itens: o orador (o proferidor do discurso), o auditório (aquele que escuta o discurso e o julga condizente ou não com a realidade) e a mídia (o meio pelo qual se articula o discurso recebido pelo auditório)(MEYER, 2007, pg. 22). Quanto ao orador de O Povo (que se afirma como redator), o é Luigi Rossetti, um mazziniano republicano. A mídia seria o jornal. Todavia, pelo fato de a alfabetização não ser um fenômeno tão difundido no século XIX, a difusão pode ter sido também a leitura em voz alta do periódico por uma pessoa alfabetizada para um grupo analfabetizado. Quanto ao auditório, este é de difícil delimitação, pois seria necessário definir os mecanismos de recepção e de apropriação dos leitores. Provavelmente renderia uma outra monografia.

Quanto aos gêneros da retórica, existem três tipos: o judiciário, o deliberativo e o epidídico. O judiciário é o discurso que lida com situações concretas, no seu julgamento quanto à sua validade. Já o deliberativo trata de como se deve proceder em relação a polis, buscando o bem estar desta. O epidídico é aquele discurso que censura ou eleva alguma coisa(MEYER, 2005 ,pg. 28). “O Povo” abrange simultaneamente os três gêneros: ele busca acabar com os problemas concretos – os erros causados pela monarquia; Ele delibera sobre o modo que o Brasil pode prosperar como nação; e

também ele censura a monarquia, e ele eleva a participação do povo como algo vital em um governo.

Quanto aos gêneros de prova, são três também: o *logos* (que nada mais são do que os argumentos lógicos, sendo que tanto auditório como orador se submetem a ele), o *pathos* (que são os sentimentos que o orador estimula na sua platéia) e o *ethos* (que se refere aos valores que o orador pretende que o auditório infira como os seus) (MEYER, 2005, pg. 22). Os argumentos que são persuasivos a qualquer um (*logos*), no caso de “O Povo” possuem a sua universalidade provinda do fato de Rossetti colocar-se do lado de Deus (o Deus que quer a Nação). Não seriam persuasivos a quem está sendo dominado pela monarquia (pois, a seu ver, Deus estaria do lado de outra entidade), por exemplo, mas estes não poderiam, dentro da argumentação de Rossetti, partilhar da razão por já haverem perdido suas humanidades. O *ethos* do orador é a concepção de justiça de que o periodista se diz portador, que o faz admirável e, portanto, digno de ser ouvido, juntamente com os homens que se sacrificam em campo de batalha. O *pathos* é o estímulo ao sentimento de honra rio-grandense atingido pelo despotismo imperial, ao qual Rossetti tentará atingir para obter a indignação necessária para aderir à causa farroupilha. “Vimos rotos os liames da sociabilidade, violadas todas as suas leis, enthronadas a violência, coroado o delicto, e a virtude nos ferros”(O Povo, 1838, pg. 15).

É possível rastrear a presença de elementos românticos no jornal “O Povo”, que atestam uma ligação do periódico com essa escola de pensamento. No lide com o monarquista – e Rossetti cunha um tipo ideal de um monarquista – já fica bem clara a visão maniqueísta no molde dos românticos<sup>10</sup>. O tipo ideal do monarquista é basicamente o de um vilão, destituído de qualquer complexidade mental (ou seja, um

---

<sup>10</sup> Não é apenas o Romantismo que possui heróis e vilões em seus preceitos. Todavia, o modo como os monarquistas e republicanos são analisados pelo jornal são perfeitamente condizentes com o que Ginzburg descreve como pertencente aos românticos em seu livro.

ignorante nato) ou de algum traço de humanidade. O republicano – não necessariamente o farroupilha – já é dotado de uma aura heróica por lutar basicamente pelo bem de seus irmãos (O POVO, 1838, pg. 108).

Primeiramente, abordarei a questão do herói, que recebe tal título apenas pelo fato de crer na democracia republicana.

Segundo J. Ginzburg, o herói é de quem se espera “coragem e altivez, abnegação e lealdade”, sendo a ele possibilitada a “existência honrada”, “natural” (GUINSBURG, 1985, pg. 240). O herói republicano, portanto, possui todas essas características, pois respeita a natureza humana, tratando os seus compatriotas como irmãos. Sua abnegação é possível de ser encontrada quando se folheia o jornal.

No dia 20 de setembro lançamo-nos n’uma carreira muito mais vasta, muito maior do que talvez se pense. Quando proclamamos o sistema democrático, já não foi uma simples luta pela independência que assumimos; desde aquele momento entramos nas fileiras do exército humanitário, e a nossa causa tornou-se a causa de todos os homens (O POVO, 1838, pg. 108)

Aí está o projeto dos abnegados republicanos: conduzir a humanidade até o caminho “humano”, um projeto político que envolve levar em conta o destino da humanidade, e não apenas o bem-estar do déspota (*pathos*<sup>11</sup>). O *ethos* do narrador é o do despreendimento de seu bem-estar por uma causa maior, da qual participam muitas outras pessoas que pensam assim também. O elemento lógico (*logos*) desta argumentação é de que os republicanos, primeiramente, lutaram por sua independência. Ora, se eles precisaram lutar por independência, logo há quem domine. E se há luta pela humanidade, o mundo inteiro está dividido em três: os que dominam, os que são dominados e os que se libertaram. Logo, a luta precisou necessariamente se processar ao nível mundial para que cessassem os horrores causados pelo monarquismo.

---

<sup>11</sup> A explicação destes gêneros de prova está esmiuçada no começo desta sessão.

Segundo Ginzburg, novamente, o vilão é um fator de intriga, cuja principal utilidade é contrastar com a bondade do personagem principal (no caso, os republicanos) (GUINSBURG, 1985, pg. 240). Segundo o mesmo autor, o vilão é movido pela *aura sacra fames*<sup>12</sup>, e não pela sua honra ferida (GUINSBURG, 1985, pg. 240). Alguém que abdica de sua liberdade (e de sua humanidade, por consequência) para entregá-la a um homem que em nada se importa com seu bem-estar. Ou pensa que este se importa, ou é coagido a professá-lo. Enfim, na melhor das hipóteses, é alguém que não possui um julgamento político confiável.

O vilão monarquista não é humano, para Rosseti. O vilão das histórias românticas serve como um espelho reverso do herói. Neste caso, Rossetti não deseja que o monarquista seja nem mesmo um espelho invertido do herói republicano, porque este primeiro seria desumano *a priori*. Não desumano no seu aspecto, mas sim desumano por conta de não se fazer valer como humano. Porque o humano é o retrato de seu Deus, e este designou à humanidade que esta fosse fraterna: “O poder que dirige a Revolução tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos Sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria” (O Povo, 1838, pg. 1).

O lema da *Giovine Italia* era “Deus é o povo”. Suas bases se assentavam nas premissas “liberdade, independência, igualdade, unidade e humanidade” e o seu objetivo era claro: a união dos estados itálicos em uma República unitária, vista por Mazzini como condição *sine qua non* para libertar o povo italiano dos invasores estrangeiros (SCHEIDT, 1999, pg. 52)

A partir do momento em que uma pessoa renuncia a querer buscar o bem da pátria, mas apenas o do monarca, ele está abdicando de sua humanidade, pois não está cumprindo a vontade por Deus designada. Isso lhe faz injusto, o que lhe aparta da grande fraternidade que é a humanidade.

Essa concepção fica fortemente acertada quando Rossetti, ao informar sobre a morte de um valoroso republicano, afirma: “Justo José Vieira, cazado, com filhos, ja naó existe! Huma partida de 16 ferozes *ladrões, assassinos* pertencentes a [ilegível] sujeita e imunda que *se intitula legal* [grifos meus].” (O Povo, 1838, pg. 483). É patente

---

<sup>12</sup> Tradução: “sagrada fome pelo ouro”

a vontade de converter Vieira em uma vítima do sistema que se diz legal, mas não o é, devido a toda a elaboração do romantismo-liberal. Os pretensos assassinos não são desprovidos de adjetivos que adicionem crimes ao homicídio: são ladrões, ferozes e imundos. Ou seja, não são perdoáveis por um crime em isolado, visto que possuem uma série de outros defeitos que os tornam completamente desprezíveis. Considerando as partes destacadas: o valor que Rossetti intenta passar de si (o seu *ethos*) é o de um observador indignado com a injustiça, logo, justo; o que se procura despertar no leitor (o seu *pathos*) é, na mesma proporção, a emoção de desonra nos atos dos monarquistas, que falsamente se designam como o estado legal, o que atesta falsidade. Os argumentos racionais (*logos*) utilizados por Rossetti são os de que, se um governo é falso, seus seguidores não possuiriam limites por parte deste, o que, obviamente, liberaria suas ações para qualquer sorte de maldades que se pudesse realizar contra pessoas de bem.

Elaboração contrária é válida para os vilões, pusilânimes natos, na opinião do redator: Rossetti relata que o grupo do Tenente Coronel Antonio Manuel, um oficial farroupilha, conseguiu

[...]bater e dixerçar algum grupos inimigos que vagavao pelos matos dos campestres e rolante: elles prevenidos da entrada de nossa força haviaó feito 3 emboscadas, as quaes apenas carregadas se puseraó em precipitada fuga deixando armamentos e outros objetos que atestaó o seu terror (O POVO, 1838, 563)

Neste trecho, trata-se de inimigos desleais, que, além de não atacarem de frente seus inimigos ainda não conseguem tirar vantagem de sua própria desonestidade. Assim, demonstra-se racionalmente que os monarquistas, além de desonestos, são menos destros na arte da guerra. O fato de eles deixarem suas armas caírem ao chão no momento da fuga pode indicar ao leitor que estes teriam perdido suas virilidades ao agirem tal quais covardes abandonando e desistindo do embate físico (localizando-se, assim, o *pathos* deste trecho, o de despertar no leitor o sentimento de pensar os monarquistas como covardes). A repulsa que o narrador demonstra por essa prática demonstra que ela nunca seria reproduzida por este, o que o torna portador de dignidade e honra (residindo aí o seu *ethos*)

Essa pode ser uma classificação primária que não parece ser muito difícil de ser rastreada folheando o jornal. Todavia, o vilão neste caso recebe um destaque muito

maior do que os próprios farroupilhas. Ele vai tentar oprimir o povo, segundo o jornal, a todo o momento, e vai ser contra essa opressão que os republicanos irão se sublevar.

O eixo central da argumentação de Luigi Rossetti é a de que a monarquia e, por extensão, os monarquistas, são inumanos: “nenhum fructo da fatricida, e brutal guerra que contra nós tem injustamente sustentadi aquelle governo *inhumano*[grifo meu], e os dissecados meios que deve contar para continuá-la [...]” (O Povo, 1838, pg. 225) Sua inumanidade – frente à humanidade republicana – decorre do fato que os monarquistas incorrem na maior das heresias possíveis: colocam um simples homem – o monarca, que é sinônimo de “tyrano” - como superior a um grupamento humano, a Nação. Neste trecho, o que Rossetti estimula no leitor (o *pathos*) é o medo do imprevisível: tal qual os animais, o governo monarquista não é capaz de se mostrar coerente, como um homem normal, possuidor de seu caráter. A imprevisibilidade gera o receio, e o receio constante, o medo. O valor que o orador possuiria que seria captado pelo leitor (o *ethos*) seria o de portador de uma fórmula que resolveria esse problema, portanto, a de uma pessoa lúcida. O argumento racional é o de que um governo que o governo que *causa* essa guerra (brutal e fratricida, nas palavras do redator) não pode ser interessado pelos seus súditos.

Mas qual seria o motivo de Rossetti lançar mão de semelhante analogia – a de que os monarquistas são desumanos - para iniciar a comunhão de espíritos com o leitor? A resposta é simples:

No embate dialético, é preciso antes de tudo levar em consideração o adversário concreto que temos diante de nós e dispor os argumentos por via da consequência. Por exemplo, se o adversário é iniciante, será atacado com exemplos ou analogias<sup>13</sup>; se for experiente, ser-lhe-ão opostos raciocínios dedutivos (REBOUL, 2004, pg. 29)

---

<sup>13</sup> Cumpre notar que este é o caso do leitor de O Povo

Portanto, é uma estratégia retórica recorrente a adoção de analogias ou de exemplos<sup>14</sup>. São esses recursos que permitem uma maior possibilidade de aporte junto ao leitor que não é familiarizado com a arte de persuasão e lhe permite uma possibilidade inicial de convencimento. E é também a utilização deste palavreado mais simplificado que permite a existência do acordo prévio (que é definido como o entendimento mínimo que se estabelece entre os leitores)(REBOUL, 2004, pg. 142), que pode fundamentar a adesão ou a discordância do leitor em relação à mensagem que o periódico pretende passar.

Nação é o conceito central na teoria mazziniana, no qual se chega por qualquer caminho teórico que se trilhe: “[...]Nação de livres e iguais una, independente, soberana” (MAZZINI APUD DORNELLES, 2010, pg. 53) Do ponto de vista romântico, a nação é a única forma de grupamento que garante a igualdade dos homens entre si, devolvendo-lhes a condição de irmãos diante de uma divindade absoluta e justa. Do ponto de vista liberal-republicano: seria a nação que garantiria que o poder estaria distribuído por entre os cidadãos, e não concentrado num único detentor do poder político (AZAMBUJA, 1985, pg. 208), que poderia fazer dele o uso que bem entendesse. “Apresentada como o regime que garantiria a igualdade social, o advento de uma nova sociedade, do progresso, fundamentada nos princípios humanitários de associação e solidariedade entre os homens” (SCHEIDT, 1999, pg. 10)

Uma pessoa que não tenta se inserir em sua respectiva Nação não é apta a desfrutar do convívio humano. Uma vez não contribuindo para o progresso de sua Nação, à qual pertence inevitavelmente, uma pessoa é descartável do gênero humano. Para Rossetti, todavia, não basta que a pessoa defenestrada torne-se um párea em seu *locus* primitivo: ela torna-se uma espécie de corroborador, no meio político, da força

---

<sup>14</sup> Analogias são relações de equivalência entre duas outras relações. Por exemplo, A está para B como C está para D. Os exemplos são fatos concretos que ajudam a explicar uma teoria.

física e de coerção religiosa no lugar do livre fluxo de idéias, o que mostra que não é capaz de usar sua racionalidade para atingir os fins que busca – o que também a torna desumana.

Portanto, esse será o argumento capitaneador da argumentação de Rossetti. Uma série de outros argumentos decorrem desta premissa inicial. Um deles é a questão da amoralidade dos monarquistas, considerados quase como animais sanguinários, bestas feras em busca de saciar sua sede de violência. Parece bem exagerado (e cômico) da parte de Rossetti afirmar tal concepção. Quem passa os olhos pelo jornal pela primeira vez pode considerar o periódico portador de uma linguagem bastante ingênua, que procura apelar para os medos primitivos do leitor. E não é para menos. Basta que se acompanhe os primeiros números. Rossetti, ao discorrer sobre os monarquistas e seus atos, sempre os interpreta a partir dessa premissa básica, o do desligamento dos monarquistas para com os laços que o prendem à humanidade e que os transforma em seres imprevisíveis e propensos às maldades sem tamanho.

Na seção de resposta às cartas de leitores surge o caso de crianças que morreram após a utilização de mamadeiras concedidas pelo Império. O leitor em questão mostrou-se bastante exasperado com o fato. Rossetti não perdeu a oportunidade de comentar o ocorrido:

Que monumento de *degradação, immoralidade, e depravação* tem o governo do Brasil transmittido às gerações futuras, no segredo de enviar ao túmulo o innocente fructo da fraqueza humana!!!! Quando e em que tempo se imaginou o meio de Mattar crianças por via das mamadeiras! Santo Deus: consintis, e tolleraes ainda que *monstros* que mandão, e aos *escravos[grifos meus]* que obedecen ordens taes” (O POVO, 1838, pg. 302)

Há uma enxurrada de concepções nesse “ingênuo” trecho. Primeiramente, vamos assumir que esse fato não tenha sido “premeditado” pela monarquia, que não desejava ver crianças sufocadas pela disfuncionalidade de suas mamadeiras. Essa admissão

implica que não houve dolo, quando no máximo um acidente que produziu vítimas. Rossetti, ao tomar conhecimento do fato, o dotará de valor probatório da propensão natural ao crime por parte dos monarquistas (o *logos*), e também como um alerta: os filhos dos monarquistas apenas morrem porque seus pais são destituídos da moralidade tipicamente humana. Isso pode ser encarado pelo leitor (o *pathos*) a partir de uma dupla faceta: 1) Seja você um monarquista e mate seu filho ou 2) os monarquistas podem tentar matar o seu filho por não possuírem escrúpulos, e você não poderá fazer nada para evitar, pois o que impera no caos monárquico é a força, e não o bom-senso. Se o governo brasileiro utilizou-se do expediente da morte dos bebês para se cumprir alguma demanda política, isto não interessa à Rossetti. O ato fala por si, e a interpretação está pronta por já ser óbvia: as mortes foram uma consequência da falta de humanidade dos monarquistas, e não um acontecimento incomum. O *ethos* que Rossetti intenta passar é o de um observador indignado, e, que, portanto, conhece o parâmetro de justiça que o permite rechaçar com propriedade o pretense ato do governo imperial. Igualmente, o leitor que se indigna mostra-se em consonância com o redator, o que cria uma identificação e demonstra que as cabeças pensam parecidas. Questiona-se o leitor: se monarquista, estaria prostrado no lado correto do conflito?

Igualmente interessante é o apelo que Rossetti realiza junto à entidade máxima, a que a Nação busca servir: Deus. A entidade permite – surpreendentemente – que esse tipo de atrocidades seja cometido contra seres inocentes – que ainda não haviam podido optar pelo regime republicano. É possível se pensar que a divindade não seria tão poderosa assim, uma vez que permitisse que ocorresse tal tragédia (que indigna igualmente redator e leitor). Todavia, a argumentação não parece ser tão explícita: apesar de a monarquia ser baseada no direito natural, ela não segue a religião da maneira correta, ao misturar os conceitos “Nação” e “Deus”. A religião, no caso, não é

o erro, mas sim a sua mistura com os negócios estatais. A nação é a manifestação da vontade divina, e não se confunde com o conceito de divindade, pois nada no mundo seria comparável a grandeza dessa divindade. Por último, Rossetti associa os súditos reais a escravos, pois estariam ignorando completamente a sua subjetividade própria ao submeterem sua capacidade de arbítrio a um terceiro, um monstro tirânico (um “monstro” desumano, novamente).

A questão da escravidão à qual se submeteria o monarquista é explicitada em outras ocasiões no jornal:

Unamo-nos [referindo-se a República Rio-Grandense e às Repúblicas do Rio Prata] para fazer frente ao despotismo, que contra nós arremessa o reino da escravidão! Hum dia, huma hora só de perplexidade nos pode perder! Attentai no procedimento da corte do Brasil, na sua impotencia e arrogância, e decidivos!!!” (O POVO, 1838, pg. 108)

Espero que tenha se tornado claro, com esse trecho, o fato que Rossetti associa Monarquia com despotismo; e despotismo, associa-se com servidão desumana; e servidão desumana, para o redator, é o mesmo que escravidão. É importante frisar a força de um argumento que afirma que a pessoa que está lendo o jornal escapou à escravidão ou está imersa completamente nela.

Esse aparte entre Nação e Deus fica evidente em outro trecho: “Hum estabelecimento dessa espécie [a Igreja], considerado em si mesmo, vem a ser uma mera chama de instrucção; porque o seu fim principal he a comunicação e a conservaço do dogma, e da moral na sua verdadeira pureza” (O POVO, 1838, pg. 387)

“Rio-grandenses! Dirigi ao céu [céu] sinceros votos de gratidão por tervos livrados dos *abutres* [*grifo meu*] que correm o Brasil! Vós sois o povo por deos escolhido para salvá-lo [salvar o Brasil]!” (O POVO, 1838, pg. 387). A menção ao substantivo “abutre” se reveste de uma utilidade alegórica: o abutre é aquela ave

carniceira e que traz mal-presságios, que não respeita a santidade dos corpos e os despedaça sem o mínimo respeito humano<sup>15</sup>. Aderir ao império implica em tornar-se uma criatura desse feitio. Assemelha-se a um xingamento xulo, mas é carregado de concepções emotivas. Também seriam os adeptos da República Rio Grandense o contrário do abutre, os agregadores de humanidade, aqueles que seriam a última esperança de uma pátria que estava se pondo a perder ao aderir ao sistema político errado. O valor que o orador atribui a si e que deseja que o auditório creia que a ele pertencem (seu *ethos*) são os de reconhecedor do esforço que os republicanos têm executado contra um inimigo terrível. Assim, o orador não é soberbo, pois sabe reconhecer que os êxitos da revolução são fruto da coletividade democrática, o que reforça a noção de que é a fraternidade que fabrica e sustenta a Revolução. O que essa argumentação procura estimular no auditório (o *pathos*) é uma sensação de “dever cumprido”, mas também de permanente mobilização, reforçada pelo resultado positivo. A argumentação lógica (o *logos*): se o objetivo foi cumprido e merece tantos louros, a causa é efetivamente justa, o que atesta o alastramento futuro da República.

Sobre essa imposição da monarquia ao povo iludido, o autor ainda escreve um centenário de referências.

A hum simples golpe de vista se patenteia o *despotismo atroz e tyrannico* que opprime o malfadado Brazil: as *sympathias* que nos merece esta desditoza nação, de que outr’ora fizemos parte; sua tendência ao *systema democrático* que havemos jurado; a surda guerra que simultaneamente nos fazem *detestáveis e torpes* luzitanos, sobre tudo a intima convicção que a antolha á feliz época em que o laço federal com indissolúvel nó ligará todo o continente brasileiro; tão sagrados e respeitáveis títulos impelem nos a tomar parte nos *males* que *dilaceraó* e opprimem ao brasileiros livres [...]”(O POVO, 1838, pg. 149)

---

<sup>15</sup> É de se ressaltar que, para o cristianismo, o homem foi construído à imagem e semelhança de seu Criador. Por esse motivo, apenas no século XVII o homem passou a ser objeto de estudo das ciências naturais. Até lá, permaneceu intocado pela ciência.

Não é sem razão que Rossetti utiliza as palavras “despotismo” e “tirânico”, e já observamos o porquê de tal prática. O que é mais interessante nesse excerto são as menções ao caráter democrático do povo brasileiro – o que indica que um tirano apenas ascenderia ao poder enganando ou coagindo a nobre gente brasileira, ambas alternativas ruins – e a questão de que Rossetti qualifica os monarquistas de “torpes luzitanos”. A princípio, “luzitanos” parece ser uma simples via de afirmar os monarquistas como não-brasileiros, e, portanto, não-patriotas. A questão de denominá-los como “torpes” serve para referenciar ao modo como os brasileiros podem se tornar ao sucumbirem ao julgo de um rei despótico: torpes e sem vida, subjugáveis com facilidade, em outras palavras, escravos. A finalidade retórica dessas caracterizações é evidente: o *ethos* do orador é o de que ele é um observador sagaz: ele conhece o Brasil como um todo, e, portanto, pode dizer, sem receio de errar, que o Brasil é uma pátria que merece ser “salva”. O pathos que desperta é o de que há no Brasil uma situação que deve ser resolvida, para que se possa iniciar a comunhão dos irmãos de Nação. A argumentação racional do enxerto (o *logos*) é a de que, como Nação que merece ser resgatada do jugo tirânico, o Brasil merece qualquer sorte de sacrifício para a sua “salvação”.

Esta citação anterior não está na íntegra. Cumpre citar ainda o fato de que a frase seguinte chamará aos brasileiros de “Filhos de Santa Cruz”, o que complementa o sentido de “torpes luzitanos”, pois reforça o sentido de que o português, estrangeiro, procura invadir o Brasil, e que este deve ser defendido tendo-se em vista a justa nacionalidade que deve habitar o território, a brasileira.

Collocados na suprema administração *degenerados* [grifo meu] brasileiros senão pesaó agrilhoar a pátria, reduzi La ao ultimo estado de villepndia e degradação, para em suas ruínas elevarem o throno de *ferro*[grifo meu] que lhe preparaó!!!!

A palavra degenerados poderia, a princípio, indicar o mesmo sentido de “monstros”. Todavia, a carga da palavra “degenerados” encerra um número muito maior de significados. É possível se afirmar que ela carrega todos os valores que “O Povo” deseja passar. São os monarquistas degenerados, em primeiro lugar, por terem se exilado da divindade absoluta a certo momento da história da humanidade e não a ter reencontrado nunca mais. Porque, desde tempos em que a fé e a fraternidade eram maiores, o homem não encontraria tamanha comunhão com a divindade como ocorreu com o advento das Nações (localiza-se aí o *pathos*), o que os torna mais degenerados do que quem optou por servir a Deus aderindo à Nação. Portanto, pertencer a um governo pecador conduz ao supremo crime, ignorar a divindade (reside nesse ponto o *logos*). Uma vez que a presença da divindade no projeto nacional seria por demais evidente, nem mesmo os iludidos em relação à pretensa religiosidade do monarquismo absoluto teriam salvação quando do Juízo Final. A única solução seria a da incorporação à causa republicana, no caso a Farroupilha. A palavra “degenerados” carrega ainda a idéia de que a degeneração ainda se desenrolaria, o que conduziria a uma situação muito mais caótica do que todo o quadro infernal que o jornal já descreveria. O *ethos* do narrador é o de diagnosticador da situação que se desenrola, pois, como foi dito anteriormente, ele conhece o Brasil, e não há ninguém mais bem indicado para realizar essa constatação.

Quanto ao substantivo “ferro”, ela não é propriamente um pejorativo agressivo. Ela apenas evoca a idéia de violência, de imaleabilidade. E o medo deve se tornar ação, pois o Brasil se constituiria em um povo de índole democrática, que não poderia deixar de exercer seu potencial democrático a não ser pela coerção ou pela falta de Educação (temos o *pathos*). É aí que entra o papel da Revolução, varrendo das mentes de um povo nobre a influência dos não-Brasileiros (desinteressados da pátria) e a força do tirano (o

*logos* evidenciando-se). O *ethos* apresenta-se da mesma maneira como foi mostrado no trecho anterior.

A reivindicação para o não-uso da violência, aliás, é um dos traços identitários do próprio fazer retórico. Segundo Perelman e Tyteca, uma pessoa que argumenta é comparável a um agressor, pois busca induzir outra pessoa a mudar a sua opinião através de algum meio. Diferentemente daquele que coage, no entanto.

Pode-se, de fato, tentar obter um mesmo resultado seja pelo recurso à violência, seja pelo discurso que visa à adesão dos espíritos. É em função dessa alternativa que se concebe com mais clareza a oposição entre liberdade espiritual e coação. O uso da argumentação implica que se tenha renunciado a recorrer unicamente à força, que se dê apreço à adesão do interlocutor, obtida graças a uma persuasão racional, que este não seja tratado como um objeto, mas que se apele à sua liberdade de juízo. O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência (PERELMAN, 1996, pg. 61)

As citações aos europeus no periódico indicam uma vontade de aparte em relação a estes por parte do redator.

Côncios de seus *crimes*, e da vendita nacional que os espera [refere-se aos monarquistas], indignamente tem lançado aos braços de *mercenários estrangeiros*, e para comola [provavelmente “cúmulo”] da ignomia e de eterno opobriu, conseguiraó da camara temporária permisaó para engajar *hordas* [grifo meu] destes janizaros, e como na América naó poderão encontrar homens que degradem a sua *razão* [grifo meu] a ponto de combater princípios que hão jurado é estabelecido sobre montões de cadáveres, terão sem duvida de recorrer à *caduca* [grifo meu] Europa, e he desta que novos vândalos conduzirão a escravidão e a morte aos filhos do novo mundo (O Povo, 1838, pg. 149)

A leitura deste trecho e de outros que tratam de ideias semelhantes mostram que Rossetti possuía certo “asco” com relação aos europeus. Analisando este fato em consonância com o contexto do jornal, é possível se afirmar que o asco com relação aos europeus assenta-se em dois motivos: 1) os europeus se deixavam, no geral, serem dominados pelas monarquias e 2) o imperialismo destes rompia com a relação particular

e orgânica de cada Nação com Deus. Portanto, é possível inferir que Rossetti provavelmente tinha razões de sobra para desejar a distância dos Europeus monarquistas.

Quanto aos valorativos “crimes”, “vendita nacional”, “mercenários estrangeiros”: todos eles referem-se à quebra da ordem natural, que seria a autonomia da Nação em relação às outras Nações. O *pathos* que se desperta, ainda mais em uma sociedade militarizada como a rio grandense, é da intervenção direta. O *ethos* do orador é o de denunciador, de alguém que pretende elucidar as pessoas ainda não aderentes a República para um projeto da humanidade. O *logos* reside nas palavras “hordas” e “caduca”: os monarquistas uma vez não sintonizados com o seu tempo histórico (que enuncia a eminente vitória da Revolução) precisam recorrer às práticas passadas para se legitimar, o que é uma prática que contraria a Evolução da humanidade.

A certa altura da empreitada jornalística, Rossetti faz uma breve menção à Argentina, nação possuidora de sua república própria.

Em hum de nossos números anteriores expozemos parte de nossos pensamentos sobre a relação natural que existe entre a actual luta da republica rio grandense contra o império dos argentinos contra o *malvado* Rosas. Patenteamos nossas ideias como homens *do povo* [grifos meus], como homens da liberdade, como homens que simpathisaó com todos os que arvoraó o pendão da igualdade tenha o nome que tiver a terra em que nascerão (O POVO, 1838, pg. 563)

Neste trecho, Rossetti qualifica Rosas como “malvado”. Este é o adjetivo menos refinado, provavelmente o mais “parcial” do qual Rossetti se utiliza em todo o jornal. Inclusive, este adjetivo vai contra o princípio da retórica que diz que o orador (no nosso caso, um jornalista) deve parecer neutro (REBOUL, 2004, pg. 29)<sup>16</sup>. Todavia, apesar de ser uma atribuição menos refinada, ela não é de maneira nenhuma mais destituída de profundidade significativa. Quando se menciona “malvado” (após toda a elaboração

<sup>16</sup> Ressaltando-se que este é princípio. Não vamos esperar que Rossetti tenha efetivamente exercido a neutralidade durante um período de sublevação.

teórica presente nos números anteriores), se desperta no leitor o sentimento de que o monarquista não é desumano no sentido de não pertencer à comunidade humana (tal como os animais, que não são desonrados, por exemplo ), mas sim por ser efetivamente mal-intencionados (*pathos*). Agora a colocação se apresenta explicitamente: o orador não pretendeu adjetivar o monarquista tal como eles são antes de apresentar o seu ideal de sociedade, o que demonstra que este não pretendeu manobrar os seus leitores (*ethos*) sem antes demonstrar-lhes o erro de servir a monarquia. Ele os introduziu em sua doutrina, desconectou-os das mentiras que lhes foi contada pelo governo tirânico e apenas depois o conduziu a verdade (*logos*).

Combatendo pela independencia vingávamos as injurias e as perseguições aturadas, que suportamos sob a dominação de um governo tirânico: combatíamos unicamente por nos; mas apresentando-nos a face do mundo, como republicanos, novos deveres nos éráo impostos: já naó éramos uma simples associação de homens, que cansados de sofrer levantando-se em um momento de desespero contra seus *oppressores [grifo meu]* – offereciamos nos ao contrario como huma sociedade de homens livres, como um povo de irmãos incubidos de uma missão solenne de civilização e de gloria. Nos o temos proclamado a face de Deos e dos homens, e cumprimeros a promessa – os homens são iguaes e irmãos – toda a humana família tem uma mesma origem. Mas Deos, dando-nos uma linguagem diferente, e colocando-nos em diferentes pontos da Terra, confiou a cada Nação huma missão igualmente diferente, porém harmonizante afim de concorre-mos accordes nos diferentes meios de desenvolvimento (O POVO, 1838, pg. 108)

O parágrafo acima citado justifica a defesa, por parte dos republicanos, do conceito de Nação, explicando de certa maneira a origem desta idéia. Segundo o fragmento, Deus possuiria um grande apreço pelo projeto de Nação (*pathos*). E a prova disto, segundo Rossetti, seria os fatos de que a) os homens estariam espalhados pelo planeta e que b) estes falariam línguas diversas entre si. É um argumento com corroboração racional(*logos*) que busca atingir a adesão racional do leitor, afinal, é facilmente verificável o fato de que há muitas pessoas espalhadas pelo mundo e que elas falam línguas diferentes.

Após a explanação desta “gênese”, Rossetti avança cronologicamente em sua explanação.

A época em que os princípios democrático humanitários deviao espalhar-se em todo o nosso continente era chegada, e o altíssimo fazia ensoberbacer os tiranos, e os homens, para que indignados levantássemos o braço, que tão poderosamente tem cartigado os prepotentes que antepõem obstáculos ao seu progressivo desenvolvimento (O POVO, 1838, pg. 109)

Rossetti entende que o mundo funciona a partir da lógica do progresso. Nesse sentido, o fato de a democracia ainda não ser unanimidade em todas as Nações (visto que muitas Nações ainda são sobrepujadas pela figura real) indica que ainda existiria atraso no mundo. Deus, na visão de Rossetti, desejaria que a humanidade saísse do estado da tirania – que deveria necessariamente ser ultrapassado – e, para explicitar a sua vontade frente à humanidade, teria inflado o ego dos reis para que os homens despertassem dentro de si a vontade de se libertar. Justificam-se, assim, os anseios republicanos: mais um argumento demonstra que a divindade está do lado republicano.

Após toda essa “historicização” do conceito nação, Rossetti afirma que o projeto republicano ira vencer de maneira implacável:

Hum throno não pode aqui subsistir – he uma mancha que todos devemos concorrer para apagá-la. A época em que as republicas do sul tem de convergir em um só centro já a entrevemos, e bem depressa chegará – o tempo dos impérios e dos reis pode se considerar acabado. (O POVO, 1838, pg. 109)

Os republicanos, a serviço de seu Senhor, devem unir-se para fazer valer a Sua Palavra. Assim se processará o progresso, implacável, retratador da vontade divina.

O periódico, assim, evidencia as raízes de seus atos, puramente galgados no ideal religioso. O leitor que possui um acordo prévio com o redator do jornal nesse sentido pode encontrar argumentos de boa força coercitiva, facilitando, assim, a sua

concordância com os argumentos de Rossetti, e, por extensão, ao projeto Republicano implantado arduamente pelos Farrapos, os únicos a lutarem por seus irmãos, na visão do periódico.

#### 4 CONCLUSÃO

O jornal, que a princípio se constituiria em uma fonte ingênua e amplamente condicionada a um propósito (o do alastramento da ideologia republicano-romântica) tornou-se para mim, aos poucos, uma fonte muito interessante de articulação de conceitos históricos. Se, em uma primeira aproximação a leitura fora enfadonha, esta se tornou muito mais interessante no momento em que pesquisei acerca do ideário mazziniano, e, a partir deste, buscando acerca do Romantismo e de outras ideologias que foram apresentadas no decorrer do escrutínio do periódico, muitas vezes escondidas.

“O Povo” é o resultado de seu contexto histórico específico, um híbrido que busca a igualdade entre os homens a partir de uma prerrogativa religiosa, um construto entre a pré-modernidade e a modernidade. Um romântico que saiu do plano da saudade e resolveu agir politicamente. Um jornalista que se decepcionou com a tenacidade dos estancieiros gaúchos, que buscavam a equidade dentro de seu Império, e não a igualdade no Mundo. Um redator que, ao perceber que não contribuiria mais no campo ideológico, atirou-se fisicamente ao conflito sem pensar, morrendo em batalha e dando prova de que seus ideais eram o seu bem mais valoroso. Uma verdadeira e comovente jornada de um idealista que não exitou em correr o mundo por um ideal maior do que ele.

Esse trabalho basicamente mostrou a batalha movida por “O Povo” para angariar novos adeptos à República nascente Rio-Grandense, ao mesmo tempo em que buscava manter informados os já apoiadores e conservá-los firmes em seus propósitos já assumidos. Nessa empreitada utilizou-se Rossetti de recursos retóricos que serviram para atingir a persuasão dos leitores, ao mesmo tempo em que buscou introduzir neles

as noções de inumanidade monarquista. Essa introdução ocorreu pelo recurso do apelo ao bom-senso do leitor, uma vez que a República se negaria a se utilizar da violência para se legitimar e se reproduzir. A reivindicação do diálogo é uma das chaves compreensivas do discurso de “O Povo”, pois ela indica que o “bom senso” conduz ao entendimento racional, diferentemente da monarquia, que suprimiria a liberdade de cada um e inculcaria o medo nos corações dos súditos. A outra chave é o conceito de Nação, que seria o ente que igualaria a todos os homens, reproduzindo o ideal de fraternidade primitiva, servindo, assim, melhor à divindade absoluta. Deus teria explicitado a necessidade da Nação a partir do momento em que transbordou os tiranos de arrogância e crueldade. Este argumento conferiu ao mesmo tempo o embasamento histórico e também conferiu legitimidade aos seus argumentos (mesmo que a crença em Deus não seja cientificamente comprovada).

A conclusão a que chego é a de que os argumentos aos quais Rossetti recorre são de qualidade muito boa para o convencimento de pessoas que crêem no finalismo religioso, o que torna muito prazeroso o estudo da implicação do medo que estes argumentos procuram despertar no leitor. Espero, assim, que o trabalho tenha sido tão proveitoso para quem se dispôs a ler meu trabalho quanto foi fazê-lo, muitas vezes deixando escapar gargalhadas em relação ao material que se me apresentava.

## 5 Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia”. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1985. 345 p.

\_\_\_\_\_. Teoria geral do estado. 38. ed. São Paulo: Globo, 1998. 397 p.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Disponível em: [http://www.ebookee.com/Dicion-rio-de-Pol-tica\\_409288.html](http://www.ebookee.com/Dicion-rio-de-Pol-tica_409288.html)

\_\_\_\_\_. Igualdade e liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. 96 p.

\_\_\_\_\_. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BRENTANO, Lucas Aquino, LOPES, Ricardo C, Inocalla, Ganesh. Revolução Farroupilha (1835-1845): um balanço historiográfico. Revista História e-História. Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=242>

BURUMA, Ian. Ocidentalismo: o ocidente aos olhos de seus inimigos. Rio de Janeiro: Zahar, c2006. 165 p.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas : o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

CAVALCANTE, Berenice. A revolução francesa e a modernidade. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 71 p

CHATELET, François. Uma história da razão: entrevistas com Emile Noel. Rio de Janeiro: Zahar, c1992. 159 p.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003. 424 p.. Pg

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia : introdução a ciência da sociedade*. 3. ed.. São Paulo: Moderna, 2005. 416 p

DORNELLES, Laura de Leão. Risorgimento e Revolução: a inserção e recepção do ideário de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha através de Giuseppe Garibaldi, Lívio Zambecari e Luigi Rossetti. IX encontro estadual de história. Associação nacional de história. Seção Rio Grande do Sul. Vestígios do passado. Acessado em: [http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211403309\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2008.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211403309_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2008.pdf).

Acessado em: 3 de fevereiro de 2010.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica.

\_\_\_\_\_. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, v. 13, pp. 19-29, 1995.

FIGGGIS, John Neville. *The divine right of kings*. New York: Harper & Brothers, 1965. xxxviii,350 p.

FREITAS, Décio (org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 127 p

FRENCH, Steven. *Ciência : conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 156 p.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província : a república rio-*

GUINSBURG, J. *O romantismo*. 2. ed. Sao Paulo: Perspectiva, 1985. 323 p.

HARVEY, David. A condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993. 349 p.

JUNIOR, Tristão de Alencar Araripe. Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos : lida no instituto histórico e geográfica do Brasil. Porto Alegre: Corag, 1986

KLAFKE, Álvaro Antonio. O império na província : construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense - 1833-1834 [manuscrito]. 2006. 171 f.

KIELING, Camila Garcia, HOHLFELDT, Antonio. Jornal O Povo: Conhecimento e realidade na aurora da imprensa rio-grandense (1838-1840). IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS. 2009. Disponível em: [http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Comunicacao\\_Social/72036-CAMILA\\_GARCIA\\_KIELING.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Comunicacao_Social/72036-CAMILA_GARCIA_KIELING.pdf). Blumenau: Intercom/FURB, 2009.

KIELING, Camila Garcia, CASTRO, Maria Helena Steffens de. O jornal O Povo e os Farrapos: um olhar hermenêutico. III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS. Disponível em: [http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Comunicacao\\_Social/72036-CAMILA\\_GARCIA\\_KIELING.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Comunicacao_Social/72036-CAMILA_GARCIA_KIELING.pdf). Porto Alegre: Edipucrs, 2008. v. 01. p. 01-02

LEITMAN, Spancer. Revolucionários Italianos no Império do Brasil. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Império. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006. 580 p

LÖWY, Michael. Romantismo e política. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 98 p.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezzi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006. 302 p.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. pg. 535

MEYER, Michel. A retórica. São Paulo: Ática, 2007

PADOIM, Maria Medianeira. Revolução Farroupilha. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Império. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006. 580 p.

PANERAI, Fernanda Bitencourt. A presença de elementos políticos da Jovem Itália no periódico O Povo 1838-1840. Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção de grau em Licenciatura em História. 2009.

PERELMAN, Chaim. TRATADO DA ARGUMENTAÇÃO: a nova retórica. São Paulo: M. Fontes, 2005

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A revolução farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 1986. 74 P.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República. In: BIGNOTTO, Nilton. Pensar a república. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

SCHEIDT, Eduardo. Circulação de Idéias durante o processo de construção dos estados nacionais na região platina: o caso dos jornalistas italianos. 2005 Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/21h4-01.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2010

\_\_\_\_\_. Republicanismo na Região Platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo comparativo de História Comparada. 1999 In: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s2a3.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2010

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008